

ARTICULOS / ARTICLES

Elementos para pensar a contribuição do Desenvolvimento Rural para conservação do bioma Pampa

Elements to think about the contribution of Rural Development to the Pampa biome conservation

Viviane Camejo Pereira¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Brasil
vivianecamejop@gmail.com

Cita sugerida: Camejo Pereira, V. (2014). Elementos para pensar a contribuição do Desenvolvimento Rural para conservação do bioma Pampa). *Mundo Agrario*, vol. 15, nº 28, abril 2014. Recuperado de: <http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv15n11>

Resumo

Este estudo possui a intenção de despertar a reflexão para a construção de novas ideias que possam alimentar o debate na construção de políticas públicas de desenvolvimento rural que sob o referencial da etnoconservação contribua para a conservação do Pampa. O estudo foi realizado a partir da análise de referenciais teóricos e pesquisas documentais. Apresenta-se a construção da noção de desenvolvimento rural sob o olhar da etnoconservação. Infere-se a pequena pecuária familiar como um grupo social capacitado a iniciativas efetivas de conservação do bioma devido sua historicidade regional de miscigenação.

Palavras-chave: Bioma Pampa; pecuarista familiar; etnoconservação; desenvolvimento rural.

Abstract

This study has intended to arouse reflection to construct new ideas that can encouraging the debate on the development of public policies for rural development under the framework of etnoconservation contributes to the conservation of the Pampa. The study was based on an analysis of theoretical frameworks and literature searches. Presents the construction of the concept of rural development from the perspective of etnoconservation. It is inferred small family livestock as a social group qualified for effective conservation initiatives biome because of its regional historicity of miscegenation.

Keywords: Pampa Biome; family livestock; etnoconservation; rural development.



Introdução

Os monocultivos de árvores exóticas como *Pinnus sp.* e *Eucaliyptus sp.* e a soja, bem como outros, estão modificando a paisagem o Bioma Pampa. Aliado a estas novas culturas, está à modificação econômica e cultural tradicionais do rural da campanha gaúcha. Atualmente, frente às dificuldades que os agricultores e pecuaristas familiares encontram em se manter no campo, a silvicultura e a soja tem sido as alternativas econômicas em tempos de estiagem. Frente à crescente substituição da pecuária e da agricultura pelos monocultivos, o desenvolvimento rural ancorado no conceito de etnoconservação, é trazido como mais uma questão a ser pensada como um potencial campo forma de auxiliar a criação de políticas públicas que permitam aos agricultores e pecuaristas alternativas de renda ambientalmente e socialmente sustentáveis. Cada vez mais no Rio Grande do Sul, em meio às dificuldades no âmbito da renda e da qualidade de vida, as famílias rurais abandonam o campo e as empresas de celulose, de biotecnologia e de mineração substituem as relações humanas com a natureza tornando a agricultura cada vez mais dependente dos processos industriais. (PEREIRA, 2013).

Dentre as tipologias do pecuarista familiar esta a figura do gaúcho, descendente do posteiro de estância, hoje, trabalhador rural vinculado a diversidade da agricultura e a pecuária extensiva, como fonte de renda e auto-consumo. Este grupo desenvolve suas atividades rurais principalmente na região da campanha gaúcha, porém, existem diversos estudos que comprovam a migração dos pequenos pecuaristas para os centros urbanos. O termo pecuarista familiar, foi trazido para os estudos acadêmicos pioneiramente pelos extensionistas da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) do Rio Grande do Sul.

O desenvolvimento rural é proposto como o desenvolvimento rural ambientalmente e socialmente sustentável, respeitando a dimensão territorial do desenvolvimento. Contrapõem-se ao projeto desenvolvimentista de difusão da modernização tecnológica no campo. Não sendo o sinônimo de desenvolvimento agrícola e não alicerçado exclusivamente na dimensão do crescimento econômico.

Entende-se por desenvolvimento uma situação de continuidade e de reprodução ambientalmente sustentável de um modo de viver, acompanhado da qualidade de vida e dos aspectos sociais e ambientais. Trata-se da autonomia do homem e da mulher do campo em relação aos pacotes tecnológicos baseados na lógica do mercado do produtivista, e na resistência camponesa (PLOEG, 2008) como forma de manter a sua cultura, sua

reprodução e manutenção de vida no campo. De acordo com Paul Singer o desenvolvimento tem um caráter solidário significando:

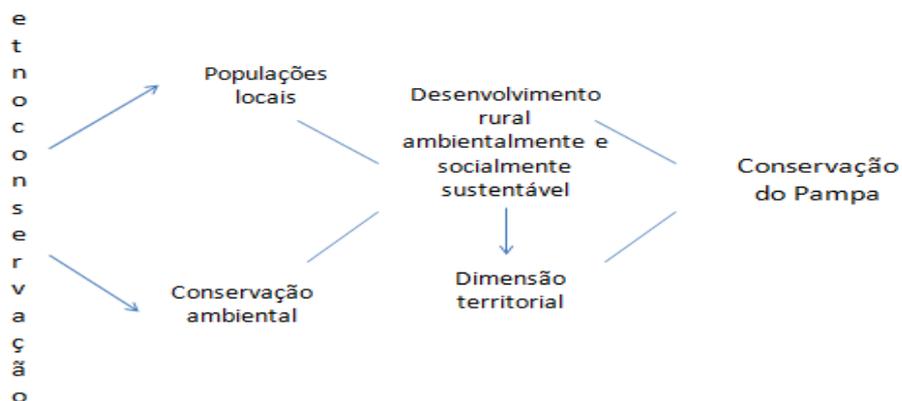
[...] um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma (SINGER, 2004, p. 01).

O crescimento econômico não é desconectado de desenvolvimento, pois o desenvolvimento em uma perspectiva mais abrangente, contemplando aspectos como a distribuição da riqueza, a relação sustentável com a natureza e a justiça social, poderia gerar o crescimento. Já o crescimento, nem sempre pode ser considerado como gerador de desenvolvimento. A dimensão econômica é tratada como um fator que, por meio da renda, contribui para que os pequenos pecuaristas possam exercer suas capacidades e ampliar suas liberdades, inclusive a de escolher em não viver em um ambiente degradado pelos monocultivos. Para Amartya Sen, o aspecto econômico, no sentido da expansão das liberdades, contribui para o desenvolvimento.

A conservação ambiental aliada ao protagonismo das populações locais é trazida pela idéia de etnoconservação como uma forma de proteção ambiental que considera a ação humana das populações locais como potencial na conservação dos recursos naturais. Os saberes e práticas característicos de um povo, como o trabalhador rural gaúcho, são entendidos como os conhecimentos que sistematizam os aspectos intrínsecos da experiência destas pessoas orientando práticas que em muitos casos garantem a conservação ambiental da campanha gaúcha. A valorização das populações locais e da conservação ambiental a luz da etnoconservação contribui para a manutenção dos hábitos, dos saberes e práticas que envolvem os pecuaristas familiares que habitam a região da campanha gaúcha, do bioma Pampa.

A organização deste trabalho pode ser expressa pela seguinte figura:

Figura 1: Organização do estudo



Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Este trabalho possui a intenção de despertar a reflexão para a sistematização de novas ideias que possam alimentar o debate na construção de políticas públicas de desenvolvimento rural que a luz da etnoconservação, contribuam para a conservação do Pampa. O estudo foi realizado a partir de revisão bibliográfica, análise de referenciais teóricos e pesquisas documentais.

Dividiu-se este trabalho em 6 seções além da introdução e da conclusão: (1) O Bioma Pampa, nesta seção caracteriza-se o bioma e suas peculiaridades; (2) A necessidade da etnoconservação, nesta parte se conceitua a etnoconservação e colocam-se elementos para pensar a sua aplicação dentro da categoria de desenvolvimento rural; (3) A valoração do habitat pampeano: os campos e sua importância ambiental, apresenta-se aqui a necessidade da conservação dos campos do Pampa; (4) O trabalhador rural gaúcho: do peão de estância ao pequeno pecuarista familiar, aqui descreve o processo histórico da formação do sujeito em construção “pecuarista familiar”; (5) A contribuição da noção de pecuarista familiar, neste espaço discute-se o porque da possibilidade da pecuária familiar como agente de conservação do Pampa; (6) As articulações de desenvolvimento rural sob a luz da etnoconservação poderiam contribuir para a conservação do Bioma Pampa? Nesta seção colocam-se elementos para pensar a contribuição do desenvolvimento rural, remete-se a dimensão territorial do Pampa como um espaço construído e transformado socialmente, em que a pecuária familiar contribui nesse processo. Por fim, remete-se a necessidade de construção de políticas públicas para os pecuaristas familiares lhes dando condições de agência para sua própria reprodução e sobrevivência potenciais ao fomento da conservação dos campos e do habitat pampeano.

O Bioma Pampa

A palavra Pampa tem origem *quíchua* (ou quechua) e significa região plana, paisagem com predomínio de extensas planícies cobertas de vegetação rasteira. Sua extensão está compreendida entre os paralelos 34° e 30° latitude sul e 57° e 63° latitude oeste.

No Brasil considera-se que existam seis biomas continentais (IBGE, 2004), sendo o Bioma Pampa e o Bioma Mata Atlântica presentes no estado Rio Grande do Sul (Fig. 2). O Bioma Pampa no Brasil concentra-se em uma área que corresponde a dois terços do território total do Pampa que compreende na Argentina parte das províncias de Buenos Aires, La Pampa, Santa Fé, Entreríos, e Corrientes e abrange também toda República Oriental do Uruguai. De acordo com o IBGE (2004), o Pampa pode ser entendido como a união de formações ecológicas que se inter cruzam com intenso tráfego de matéria, energia e vida entre os campos, matas ciliares (de galeria), capões de mato e matas de encostas, totalizando uma área de 176.496 km², ou seja, 2,07% da parcela do território brasileiro. Sobre o termo “bioma” de acordo com Suertegaray & Silva (2009, p. 44):

A denominação bioma (*bio*, vida; *oma*, proliferação) está associada à relação estabelecida entre os conceitos de ecossistemas (de uso corrente pelos biólogos) e paisagens (expressão que articula uma série de elementos temáticos e de maior abrangência conceitual para os geógrafos). Utiliza-se o conceito de *bioma* tanto no que se refere à classificação de grandes paisagens, quanto para designar unidades geográficas contínuas, ainda que sejam compostas por uma miríade de ecossistemas.

O estado do Rio Grande do Sul é formado por quatro conjuntos principais de fitofisionomias campestres naturais: Depressão Central, Planalto da Campanha, Planalto Sul-Rio-Grandense e Planície Costeira (BRASIL/MMA, 2007). Neste trabalho pretende-se focar a região da Campanha Gaúcha, “espaço regional localizado no sudoeste do Rio Grande Sul/Brasil, na linha fronteiriça entre Argentina e Uruguai, cuja característica principal é a presença de campos nativos, os quais particularizam a paisagem regional como sendo o Pampa gaúcho” (CHELOTTI & PESSÔA, 2007a, p. 52).

Figura 2: Mapa adaptado de Biomas presentes no Rio Grande do Sul, Brasil



Fonte: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Elaborado por SCP/DEPLAN (07/2012). 2004. Recuperado de: <http://www.ibge.gov.br/>

A região da Campanha é caracterizada por vários cultivos agrícolas como arroz, cucurbitáceas e hortaliças, principalmente para produção de sementes e de animais como ovinos e a criação de gado para leite e corte. As terras mais altas são formadas pelas coxilhas, pequenos planaltos cobertos por pastagens. Nessas localidades existem pequenos, médios e grandes estabelecimentos rurais cuja principal produção rural é a pecuária extensiva. Apesar das grandes extensões de áreas disponíveis, a região atrai também investidores de mercados rurais que utilizam a pecuária intensiva. Esta segunda forma de produção é apontada como causadora de graves consequências ambientais: “o pastoreio tem se tornado outro importante agente de degradação dos campos, uma vez que acelera fortemente o processo de arenização em boa parte do Estado” (BRASIL/MMA, 2007, p. 90). De acordo com Pillar (2006, p. 9), “considera-se a pecuária extensiva como uma alternativa de manejo sustentável, fundamental para a conservação dos campos sulinos”. Isso se deve à característica histórica da pecuária iniciada pelos padres jesuítas no século XVII, que não representou distúrbios demasiado agressivos à biota campestre. No entanto, nos últimos anos, a paisagem rural do gado nos campos vem sendo modificada pela silvicultura, outros monocultivos e mineração. Plantam-se árvores exóticas como o eucalipto (para indústria de celulose), o pinus e acácia negra para o uso da madeira e para lenha. A imagem dos gaúchos trabalhadores rurais, cujo principal meio de transporte e de trabalho é o cavalo que os auxiliam a tocar o gado pelas coxilhas, vem sendo substituída pelos gaúchos trabalhadores das empresas de celulose junto à paisagem das grandes extensões de monocultivos:

O Pampa vem apresentando uma série de impactos antrópicos que tem levado à perda da biodiversidade, erosão do solo, assoreamento e poluição das águas, resíduos de pesticidas, desmatamento, monoculturas de espécies anuais e perenes (pinus, eucalipto e acácia), acúmulo de lixo e esgoto em áreas urbanas, bioinvasão de espécies exóticas, sobrepastoreio, arenização, entre outros (SARMENTO, 2008, p. 7).

Os investimentos nas monocultivos tem ameaçado a biodiversidade do Pampa Gaúcho, tanto no aspecto antropológico quanto biológico e geográfico. Essa afirmação tem sido recorrente no meio acadêmico e várias pesquisas estão sendo realizadas em universidades, a exemplo dos pesquisadores Paulo Brack, Valério Pillar e Ilsi Boldrini da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Embora as monocultivos sejam tratadas como uma ameaça à conservação do Pampa, ela tem sido uma alternativa de renda muitas vezes superior ao que se teria com a pecuária e a agricultura. Porém, não se monetarizam os danos ambientais irreversíveis. De acordo com o Brack:

O modelo de silvicultura convencional ², realizada em áreas cada vez maiores, é insustentável pelo simples fato de não serem respeitados os fundamentos biológicos dos processos naturais desenvolvidos ao longo de milhares de anos. Não são levados em conta o esgotamento do solo, a perda da biodiversidade, a desconstituição das culturas humanas diversas, a alteração no escoamento e infiltração da água e sua evapotranspiração. As monoculturas, ao contrário dos sistemas naturais, objetivam maior lucro, em prazo mais curto. (BRACK, 2007, p. 3).

É importante destacar que a silvicultura como uma atividade rural, assim como outros modelos de monocultivos, tornam os agricultores e pecuaristas dependentes dos pacotes tecnológicos impostos pelo mercado do agronegócio em grande escala:

A silvicultura também dependente de muitos insumos, entre os quais os biocidas, para eliminar qualquer elemento que incida em menor lucratividade. Para isso, é crescente a mecanização e o uso de insumos químicos como herbicidas, fungicidas, inseticidas, adubos, quase todos derivados do petróleo, recurso não renovável. Tal processo [...] que também atinge outras monoculturas em larga escala como a soja, o arroz, a cana, o trigo, entre outras, utilizando-se de forte e pesada mecanização que compromete o solo, a biodiversidade, a saúde do homem e do ambiente (BRACK, 2007, p. 3).

A dependência dessas tecnologias prejudica principalmente a autonomia produtiva da agricultura familiar. Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006), na região da Campanha gaúcha, embora se tenham grandes proprietários rurais, existem também agricultores e pecuaristas familiares constituindo em torno de 2.298 famílias assentadas da reforma agrária nesta região do estado (CHELOTTI & PESSÔA, 2007b). Esse fenômeno se

deve aos assentamentos da reforma agrária realizado nos de 1980 a 1990. Contudo, apesar do expressivo número de propriedades de pequenos agricultores, os latifúndios continuam ocupando a maior parte das terras com aptidão à agricultura pressionando os pecuaristas familiares que não conseguem competir com os grandes pecuaristas, com o agronegócio e com os fatores climáticos. Estes então se envolvem com as perspectivas imediatas trazidas pelas empresas de celulose e veem na plantação de monocultivos uma alternativa à intensa estiagem. Os monocultivos mais frequentes são a soja e o eucalipto (*Eucalyptus* sp.), para celulose. Essa árvore se adapta aos locais com deficiência hídrica devido a sua raiz ser longa que consegue água nas camadas subterrâneas. Este fator confere maior resistência à estiagem do que a produção hortifrutigranjeira e pecuária, por exemplo.

Os monocultivos trazem distúrbios ambientais, destacando-se na região da Campanha o aumento de espécies indesejadas. De acordo com Bacchetta (2008), o javali selvagem, comum no Pampa desde a campanha gaúcha até as áreas dos países vizinhos Argentina e Uruguai, tradicionalmente tinha como abrigo a mata ciliar dos rios e arroios. A partir dos monocultivos essa espécie modificou seu habitat procurando abrigo entre as plantações ficando menos visível aos caçadores, predando ovelhas e em alguns casos o gado. Ainda segundo Bacchetta, além do aumento de javalis, houve o crescimento de graxains que passaram a preda a perdiz e o perdigão, aves também características da região campanha, além do aumento das caturritas que passaram a perturbar a produção de hortaliças. Sendo assim, fica claro que a alteração dos habitats e conseqüentemente da localização da fauna e das cadeias alimentares, podem causar perturbações aos ecossistemas rurais. Diante das problemáticas citadas, pode-se inferir a necessidade de conservação deste bioma tanto devido às questões ambientais como no que diz respeito a manutenção das atividades rurais produtivas no Pampa.

A necessidade da etnoconservação

Com a demanda da conservação ambiental, trazida pelos movimentos ambientalistas a partir dos anos 80, vem sendo testados por órgãos de pesquisa como a Embrapa no Brasil e as universidades, estilos de produção agropecuária menos agressivas ao meio ambiente. Essas formas de produção, capazes de conservar os recursos naturais, vêm sendo buscadas pelos agentes ligados ao ambiente rural, tentando contrapor ao estilo convencional de agricultura que passou a ser hegemônico a partir dos novos descobrimentos da química agrícola, da biologia e da mecânica ocorridos já no início do século XX (Caporal & Costabeber, 2005). Nos anos de 1980, Biologia da Conservação surgiu como uma teoria preservacionista, buscando dar uma resposta à crise com que a diversidade biológica se confronta atualmente. O fato é que muitos pesquisadores ainda

analisam a necessidade da *preservação* dos campos nativos, entendida como a exclusão de seres humanos de determinados locais para a regeneração dos campos. Mas, ao contrário da visão preservacionista, a real necessidade é de *conservação*, ou melhor, de uma etnoconservação. A etnoconservação é uma perspectiva orientada pelas seguintes premissas:

Orientação do manejo regido pela lógica, saberes, práticas e usos específicos das comunidades e povos tradicionais presentes em unidades de conservação; garantia de reprodução das condições de existência sócio-cultural como meio apropriado de conservação biológica; sustentabilidade do uso dos recursos por parte dessas comunidades (SILVA JÚNIOR, 2008, p. 9).

Essa visão difere da noção preservacionista que segundo Silva Júnior (2008), desconsidera a atuação humana na conservação através do uso sustentável, não valorizando os saberes empíricos aplicados ao planejamento e gestão das unidades de conservação. Na visão preservacionista as atividades humanas são sempre degradantes.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA) ainda são poucas Unidades de Conservação no Pampa gaúcho visto a identificação de 105 áreas do bioma com importância biológica para conservação. Além, da conservação nos mananciais aquáticos já que no Pampa gaúcho localiza-se também a maior área do aquífero Guarani. (BRASIL/MMA, 2013a). Apenas 0,4% da área que abrange o Pampa gaúcho estaria sendo protegida por Unidades de Conservação (BRASIL/ICMBIO, 2013), o que aponta a necessidade da organização da sociedade civil, visto os problemas ambientais e econômicos ocasionados pela escassez do campo nativo, o que prejudica principalmente a agropecuária familiar. De acordo com MMA, o fomento a produção rural ambientalmente sustentável é essencial para conservação do bioma.

O fomento às atividades econômicas de uso sustentável é outro elemento essencial para assegurar a conservação do Pampa. A diversificação da produção rural a valorização da pecuária com manejo do campo nativo, juntamente com o planejamento regional, o zoneamento ecológico-econômico e o respeito aos limites ecossistêmicos são o caminho para assegurar a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento econômico e social. (BRASIL/MMA, 2013a, p. 2).

No sítio virtual do Ministério do Meio Ambiente encontra-se uma seção reservada ao Desenvolvimento Rural em que se encontram as políticas e ações de conservação ambiental por meio do desenvolvimento rural sustentável das comunidades rurais. De acordo com o Ministério, há o entendimento de que está “na sociedade civil e nos

movimentos sociais, grande parte do campo de inovações socioambientais, base para a construção de processos de desenvolvimento pautados em novos paradigmas.” (BRASIL/MMA, 2013b, p. 1).

Na região da Campanha gaúcha, localiza-se em torno de metade dos municípios que mais apresentaram áreas de antropização entre o período de 2008-2009. (BRASIL/MMA, 2011). Existem alguns acordos que incentivam as populações rurais da campanha a conservarem o Pampa como a Carta de Esteio para conservação dos campos nativos do Pampa, assinada na Expointer de 2012 e o evento Encontro de Pecuaristas pela Conservação do Bioma Pampa. Estas iniciativas não atendem a problemática da falta de políticas públicas comprometidas com a conservação dos campos, da paisagem e das populações de trabalhadores rurais.

Desta forma a conservação do Pampa da região da Campanha gaúcha, seria eficaz com valoração étnica e cultural, do entendimento da necessidade de se ter o trabalhador rural gaúcho, o campo e os bens naturais e a produção agropecuária inter-relacionados e aliados à agricultura familiar. A ideia de desenvolvimento rural surge como uma resposta a essa necessidade de valoração cultural que possa garantir que as famílias de trabalhadores do campo, a opção por continuar praticando as tecnologias sociais ambientalmente e socialmente sustentáveis. Essas tecnologias em sua maioria eram desenvolvidas e praticadas com base em insumos orgânicos produzidos na própria propriedade, com pastagens nativas e de acordo com a sazonalidade e o tempo da natureza. Essa opção nem sempre se deve a uma consciência ecológica e sim, como uma necessidade por não terem condições financeiras de adquirir os pacotes produtivos impostos pela modernização da agricultura da Revolução Verde.

Os fatores como as mudanças climáticas, a escassez dos bens naturais em algumas regiões, e o declínio da qualidade de vida humana tecem a necessidade do desenvolvimento de uma outra lógica produtiva. É preciso integrar seres humanos e a natureza, bem como fortalecer a identidade do agricultor e pecuarista familiar para evitar que sucumbam aos monocultivos de soja transgênica e à lógica produtivista do mercado da produção de *commodities*.

A valoração do habitat pampeano: os campos e sua importância ambiental

Dentre as razões para a valoração dos campos e dos grupos que neles habitam, podemos destacar a conservação da biodiversidade, dos serviços ecossistêmicos, das paisagens, da beleza natural, e aspectos culturais e sócio-econômicos (PILLAR, 2006). Intrínseco ao

contexto da biodiversidade, a conservação dos habitats de campo são importantes para proteção da flora e fauna que abriga espécies ainda desconhecidas, algumas endêmicas deste tipo de ecossistema. Os campos, de forma natural, e com maior eficácia do que a silvicultura contribuem ambientalmente como sequestradores de CO₂. (BILENCA & MIÑARRO, 2004).

Os campos, também auxiliam na preservação das nascentes, dos mananciais aquáticos e das áreas de reposição do aquífero guarani que se estendem subterraneamente pelo Bioma Pampa. A paisagem¹ é um fator que diz respeito à sobrevivência da vida e da cultura gaúcha. Para Pillar:

Conservar os ecossistemas campestres tem relevância também para a conservação da cultura riograndense. É evidente que “o gaúcho existe pelo Pampa”, e por isso é imprescindível incluir o homem do campo nos programas de conservação do bioma (PILLAR, 2006, p. 6).

Além disso, a paisagem da região da campanha também é um atrativo ao turismo rural por razões históricas do estado do Rio Grande do Sul e pelas peculiaridades quanto à vegetação e diversidade faunística, inclusive pela situação de extinção de espécies nativas. Podem-se citar animais ameaçados como o veado-campeiro, o lobo-guará, o gato-palheiro e aves, como a noivinha-de-rabo preto, a águia-cinzenta, o veste-amarela e a corruíra-do-campo.

O trabalhador rural gaúcho: do peão de estância ao pequeno pecuarista familiar

Segundo Santos (1984), a etnia indígena Tupi-Guarani habitava o Rio Grande do Sul, localizando-se as etnias Tapes, Carijós, Arachanes e Guaianás no norte e nordeste e os Guenoas, Minuanos e Charruas a oeste e ao sul. Pode-se afirmar que os Charruas e Minuanos, através de seus hábitos, foram os povos que mais contribuíram para formação do tipo humano e social que mais tarde foi identificado como “gaúcho”. Segundo o mesmo autor, os primeiros europeus a ocupar o Rio Grande do Sul foram os jesuítas espanhóis vindos do Paraguai que fugindo dos bandeirantes paulistas se estabeleceram na parte noroeste do estado trazendo indígenas e gado bovino. Este gado recém chegado era criado solto, naturalmente nas estâncias jesuíticas. Não havia nenhum rigor ou cuidado especial já que muito bem adaptado o gado crescia livre alimentando-se de vastas pastagens.

Para Pesavento (1994) os jesuítas perseguidos pelos paulistas que raptavam os índios para vendê-los como mão-de-obra escrava, se retiraram para o Uruguai, hoje território argentino, levando os índios e deixando o gado. Esse gado passou a viver livre constituindo uma

imensa reserva de gado conhecida como Vacaria Del Mar. Inicia, assim, a caça do gado xucro, começando o surgimento do tipo social, gaúcho. Conforme Pesavento (1994, p. 11), um tipo “sem rei, sem fé e sem lei”, conhecidos como vagabundos do campo que viviam além das fronteiras.

No século XVIII, inicia a presença do negro escravo no Rio Grande do Sul, participando das lavouras de trigo, nas charqueadas e nas estâncias de criação, assim como a ocupação da região da campanha pelos portugueses devido ao tratado de Madrid. Assim iniciam os conflitos entre portugueses e espanhóis tornando a estância um local a ser defendido contra invasores além de garantir a criação do gado bovino.

Conforme Ribeiro (2009, p. 104), esses fatos culminam na formação de um “estancieiro-soldado oriundo da autonomia concedida aos estancieiros pela Coroa tendo em vista a necessidade de ocupação e de preservação do espaço dos castelhanos”. O estancieiro passou a ganhar prestígio e autonomia em relação à Coroa, e a estância se desenvolveu através da criação de gado em vastas áreas e com pouca mão-de-obra.

Um importante personagem na constituição do pequeno pecuarista familiar na atualidade é o posteiro. Já que não haviam cercas, os estancieiros contratavam uma pessoa encarregada de evitar intrusões e de demarcar as fronteiras da estância. O posteiro morava com sua família em casa cedida pelo dono da terra, era remunerado e não pagava pela moradia. Tinha também um pequeno espaço que ele poderia destinar à criação de alguns animais e para plantação a fim do autoconsumo da família.

De acordo com Ribeiro (2009, p. 108), as estâncias a partir da exploração pastoril, passaram a definir a posse das áreas de conflito no estado, a posse do gado e a “estabelecer as relações capitalistas com o assalariamento de capatazes e peões”. A pecuária era um fator que determinava a posse da terra, ou seja, quanto mais cabeças de gado, mais terras poderiam ser ocupadas, garantindo a posse do território.

A partir do século XIX iniciou-se o cercamento dos campos iniciando importantes mudanças no modo de vida do gaúcho. O aramado aumentou o “poder” dos estancieiros e demarcou ainda mais a diferenciação social em relação aos empregados. Os posteiros passaram a integrar a sociedade de classes, obrigando-os limitando-se à sobrevivência fora do emprego assalariado. Desta forma, enfraqueceu-se a ideia de liberdade e aumentou-se o nomadismo das famílias incitando à popularização de um mito do peão gaúcho, e compensatoriamente suscitando histórias de heroísmo e coragem.

Com o passar do tempo, a estância passa à fazenda. Mudam-se as relações familiares e o caráter principal de subsistência dando lugar à fazenda capitalista com função comercial. Com todas estas mudanças provocadas por pressões de fatores externos, como a disseminação do iluminismo, a revolução industrial e a consolidação das relações capitalistas no mundo, mudou-se também a própria cultura do gaúcho de vida errante.

Ainda hoje, nos pecuaristas e agricultores familiares, estão presentes os laços saudosos de apegado a terra, ao trato direto com os animais, da relação com o ambiente e a identificação com o gaúcho-peão. Este grupo social pode ser representado pela noção de pequeno pecuarista familiar que ajudará a caracterizar os grupos de trabalhadores rurais gaúchos, descendentes de etnias indígenas, de europeus e de povos africanos.

A contribuição da noção de pecuarista

O termo pecuarista familiar ainda não tem uma definição suficientemente clara, mas é usado como uma denominação política para identificar agricultores familiares que mantêm a agricultura para autoconsumo em menor escala e se dedicam principalmente à pecuária extensiva. (PORTO & BEZERRA, 2009). De acordo com Ribeiro (2009, p. 64) o termo aparece para identificar um determinado grupo de famílias carentes de políticas públicas específicas que possuíam “o comportamento de agricultores familiares e pequenas áreas de terra, se dedicando [*principalmente*] à bovinocultura de corte extensiva”. Neste trabalho, por vezes, destacar-se-ão os ‘pequenos’ pecuaristas familiares, como os assentados da reforma agrária, por exemplo, que possuem renda muito inferior aos R\$ 40.000,00 anuais e quando proprietários, com extensões de terras muito inferiores aos 300 ha trazidos por Ribeiro (2009). Estes se constituem como pecuaristas familiares ainda mais aliados de políticas públicas que reconheçam suas especificidades.

Os pecuaristas familiares, assim como os agricultores familiares também possuiriam uma matriz produtiva diversificada, pois embora a sua renda seja oriunda da criação animal, estes também normalmente possuem pequenas áreas de agricultura, em sua maioria pomares ou hortaliças. Utilizariam a mão de obra familiar e os laços de reciprocidade com seus vizinhos, como “troca de favores”, conforme a necessidade, e visariam à renda familiar e não ao capital especulativo. Institucionalmente, a Emater (2000 *apud* Ribeiro, 2009, p. 64) define como pecuarista familiar aquele produtor que:

a) tem como sua principal fonte de renda a criação de bovinos de corte/ovinos ou que tenha essas atividades ocupando a expressiva maior parte da área do seu estabelecimento rural;

b) atenda cumulativamente os seguintes critérios:

- more na propriedade rural ou em aglomerado urbano próximo;
- tenha no mínimo 80% da renda gerada na atividade agropecuária;
- use mão-de-obra familiar, considerando os critérios normalmente adotados para caracterizar a agricultura familiar (adotados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF);
- tenha renda bruta anual não superior a R\$ 40.000,00 excluídos os benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais.
- seja proprietário ou arrendatário de estabelecimento (área contígua ou não) com área não superior a 300 ha.

Ribeiro (2009) afirma que o número de pecuaristas familiares atinge cerca de 45.000 famílias no Rio Grande do Sul, em torno de 10% dos produtores rurais do estado. Atualmente 57,3% do rebanho bovino gaúcho estão concentrados na região da Campanha gaucha. (PORTO & BEZERRA, 2009).

Apesar da literatura recente e com conceitos em constante construção, podem-se citar alguns autores que se dedicaram a caracterizar os pecuaristas familiares e suas tipologias. Ribeiro (2009) analisa algumas características dos pecuaristas familiares como, por exemplo: o uso da mão-de-obra essencialmente familiar; relações mercantis variáveis de acordo com as características e dos tipos dos pecuaristas familiares; a bovinocultura como atividade principal não sendo necessariamente a maior fonte de renda. Cotrim (2003) caracterizou a pecuária familiar no município de Canguçu, RS, quanto a sua origem e situação socioagrônômica. O autor identificou 3 tipologias de pecuaristas familiares: os tradicionais, originados dos estancieiros; os pluriativos, cuja maior renda é a não-agrícola; e os comerciais, relacionados ao comércio de gado por meio de intermediários. Os autores Torres; Miguel (2003) realizaram um estudo sobre a caracterização da pecuária familiar no município de Santana do Livramento. Neste estudo foram criadas 4 tipologias de pecuaristas familiares de acordo com a área que possuem em hectares e a matriz tecnológica adotada. Sandrini (2005) procurou analisar as principais formas de inserção dos pecuaristas familiares da cadeia da carne no Rio Grande do Sul. Já Fontoura (2012), estudou a importância da produção para o autoconsumo da pecuária familiar no município de Manoel Viana/RS.

Destaca-se a heterogeneidade da dimensão étnica dos pecuaristas familiares, pois como trazem os trabalhos citados, não possuem uma origem homogênea ou uma única matriz

étnica. Constituem-se como um grupo oriundo de uma miscigenação histórica entre comunidades tradicionais adaptados a região da campanha gaúcha, como quilombolas, indígenas e açorianos.

Fialho (2005) identifica dois tipos de gaúcho, construídos de acordo com sua historicidade: o gaúcho estancieiro e o gaúcho peão, sendo este último descendente de posteiros de estância. O gaúcho estancieiro, proprietário da terra, centralizava o poder e atuava como central dentre os grupos rurais, enquanto o gaúcho peão era como o cliente do gaúcho estancieiro, estabelecendo laços de proteção do peão, companheirismo e amizade (FIALHO, 2005). Havia uma relação mútua entre os dois, pois um necessitava do outro. O estancieiro precisava do peão para a execução da lida com o gado e o peão tinha a garantia de alimentação, habitação e remuneração além de segurança. O que acontecia é que o gaúcho estancieiro passou a ser um tipo ideal de gaúcho com uma situação privilegiada almejada por muitos peões.

Nesse sentido o pecuarista familiar também mantém uma identidade do “tipo ideal”, o estancieiro, com sendo um status almejado por muitos. Essa identidade construída através das dinâmicas sociais e decorrentes de transformações e temporalidades carrega valores e simbolismos semelhantes e por vezes diferentes do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), encabeçado por um estereótipo tido como ideal o de estancieiro. Importante destacar que neste trabalho traz-se a identidade do gaúcho peão e sua família representada pelo pecuarista familiar, como descendente de posteiro que trabalhou ou ainda trabalha como peão e almejaria à posição de estancieiro.

A mulher, em especial, tem assumido seu papel na conservação do Pampa. A questão de gênero é tratada também no desenvolvimento rural através do lugar que a mulher assume na lida doméstica e na economia da família rural. Existe uma construção social da imagem da mulher rural como submissa e imprestável a lida rural, que pode ter surgido com o momento histórico em que os jesuítas trazem índios homens e posteriormente os portugueses trazem os negros homens para o trabalho rural com o gado. As mulheres eram responsáveis pelas lidas domésticas, pela alimentação da família, pelos cuidados com os filhos, enquanto as mulheres dos peões além de trabalharem em suas casas também trabalhavam na casa dos patrões e muitas ainda na agricultura para autoconsumo. Alguns filmes e livros podem retratar um pouco a mulher desta época que apesar de não ter sido tratada pela literatura como uma figura central, em alguns relatos ela ocupa o lugar de guardiã da família, da saúde e das atividades de subsistência com “coragem e bravura”.

A relação desigual entre homens e mulheres não é uma característica intrínseca ao povo gaúcho e sim uma relação reproduzida pela sociedade moderna, independente se gaúcha ou não, e que precisa ser destacada e debatida. Não se trata do desprezo da cultura gaúcha por parte das mulheres e sim na tomada dos espaços que até então eram apenas dos homens. Cada vez mais a mulher vem ganhando esse espaço e seus problemas já não podem mais ser tratados como marginais. A relação patriarcal da mulher que pertencente ao pai, ao irmão e ao marido precisa ser revista, bem como as situações de violência, de agressão física e psicológica, ao mesmo tempo em que haja também a busca pela libertação e autonomia dessas mulheres. Atualmente, muitas mulheres rurais na campanha gaúcha têm sido as responsáveis e as mantenedoras da economia doméstica, organizando-se em cooperativas, lidando com a pecuária de leite, com o artesanato e com a produção de alimentos manufaturados e com as hortaliças complementando a renda da casa. A mulher rural é conhecedora das ervas medicinais e dos processos de curas naturais auxiliando na preservação dos recursos naturais.

As articulações de desenvolvimento rural sob a luz da etnoconservação poderiam contribuir para a conservação do Bioma Pampa?

A resposta poderia ser muito simples se existisse um conceito de desenvolvimento rural. O desenvolvimento rural é uma noção que reúne uma série de abordagens teóricas e práticas, é também uma categoria de desenvolvimento que abarca uma série de perspectivas que estão ligadas ao atual sistema econômico-político vigente. As articulações, sejam no âmbito da sociedade civil ou das políticas públicas precisam buscar o respaldo científico, que sustente a perspectiva de um desenvolvimento rural ambientalmente e socialmente sustentável, que leve em consideração as dimensões territoriais, em que os aspectos relacionados a manutenção dos saberes e práticas dos pequenos agropecuaristas, a conservação ambiental e a relação sociedade e natureza estejam intimamente interligados.

Deparamo-nos com uma conjuntura em que o lucro justifica a destruição do meio ambiente e dos modos de vida e em que as pessoas, tanto no meio rural como no meio urbano, poderiam garantir por meio do lucro, níveis maiores de satisfação de suas necessidades. A partir do domínio da natureza e das inovações tecnológicas dos modelos industriais, a indústria encontra subsídios para uma produção independente- no espaço e no tempo- dos recursos naturais.

Alguns autores como José Graziano da Silva (2001) no Brasil, sustentam a ideia de que a indústria não conseguiu dominar plenamente a agricultura, pois ela conta com aspectos naturais que nem sempre são possíveis de serem manipulados em laboratório, por exemplo.

Porém, a agricultura industrial inova cada vez mais nos sentido de aumentar o controle sobre os recursos naturais e em relação à criação de animais não é diferente. Sendo assim, as tecnologias dependentes de processos industriais cumprem um papel essencial na manutenção do sistema capitalista de produção ao aperfeiçoar a obtenção do lucro em curto prazo e por sua tentativa de independência e dominação do meio natural.

O agronegócio voltado à produção de *commodities*, a silvicultura e outros monocultivos como a soja transgênica e as intervenções tecnológicas dos modelos convencionais, interfere na vida dos pequenos produtores de forma prejudicial, principalmente, quando outros modelos de produção e de desenvolvimento não garantem a sua manutenção. Muitas lacunas estão abertas e propiciam a desvalorização da identidade rural das famílias de trabalhadores rurais da região da campanha do Rio Grande do Sul. Dentre as representações sociais da dificuldade de sobreviver no meio rural, agricultores da região da campanha gaúcha apontam a falta de infraestrutura, crédito rural, cooperativas, saúde, educação e lazer. (PEREIRA, 2013).

De acordo com Pereira (2013), as comunidades rurais na campanha gaúcha carecem de estradas, energia elétrica, água encanada, saneamento básico, transporte, assistência técnica, legislação efetiva para a manutenção das agroindústrias familiares, de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural ambientalmente e socialmente sustentável que, na sua falta, permite a marginalização dos pequenos agricultores e a desvalorização da identidade do trabalhador rural.

A debilidade de articulações entre a sociedade civil e o poder público fomenta para que a uma determinada visão de desenvolvimento se dissemine no campo; aquela atrelada ao desenvolvimentismo econômico em detrimento da sustentabilidade ambiental e social. Para que o desenvolvimento seja um processo interligado à conservação ambiental é necessário considerar os aspectos relacionados à dimensão territorial dos grupos que habitam os campos do Pampa gaúcho. Remete-se a pecuária familiar como grupo social constituído por várias etnias, mas que convergem para uma identificação relacionada à pecuária familiar extensiva. Estes grupos são formados majoritariamente por trabalhadores rurais que trabalham ou já trabalharam no campo e, por meio da lida cotidiana ao longo do tempo, construíram conhecimentos que lhes permitem reproduzir e viver com as especificidades naturais pampeanas como o solo raso e os tempos de estiagem. De acordo com Cotrim (2003, p. 31), entende-se que “o ambiente está intimamente relacionado com a reprodução social do pecuarista familiar ao mesmo tempo em que este, o pecuarista familiar, influi diretamente sobre a formação e manutenção deste ambiente”.

De que desenvolvimento esta se tratando?

A noção de desenvolvimento é comumente relacionada ao crescimento econômico, como por exemplo, ao medir o desenvolvimentismo por meio do indicador de Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Porém, esta noção está sendo cada vez em desuso, dando espaço às abordagens do neodesenvolvimento. O desenvolvimento precisa abranger outros indicadores para além da renda como, por exemplo, expectativa de vida, mortalidade infantil, anos de estudo, qualidade ambiental, dentre outros fatores. Sem ignorar o fator econômico, mas relacionando-o com outros aspectos da vida social. Amartya Sen, aborda o aspecto econômico do desenvolvimento como renda, um meio para se alcançar níveis de bem estar social e não um fim. Sen (2000) adotou a idéia de que o padrão de vida das pessoas não pode ser medido por suas posses e bens materiais, mas sim em suas capacidades de utilizar esses bens para sua satisfação.

Amartya Sen é um economista indiano que juntamente com Mahbub ul Haq, desenvolveu uma reflexão que influenciou a criação do IDH: Índice de Desenvolvimento Humano. Para Sen, o desenvolvimento é caracterizado pela expansão da capacidade dos indivíduos em poder “levar o tipo de vida que elas valorizam” (SEN, 2000, p. 32). Essas capacidades podem ser influenciadas tanto pelas políticas públicas quanto as políticas públicas podem fazer com que os indivíduos criem capacidades. Para o autor, as pessoas ao terem mais liberdade, são capazes de desenvolver iniciativas individuais que podem influenciar a sociedade, condição essencial para o desenvolvimento, segundo Sen (2000). A liberdade é o fim e o meio do desenvolvimento.

A pobreza não pode ser considerada apenas pelo seu aspecto de privação de renda, mas a partir de outras considerações como bem-estar, padrão de vida e agência (SEN, 1985). A pobreza “real” pode ser muito maior do que aquela medida apenas economicamente, pois ela diz respeito à privação das liberdades do indivíduo que são oriundas da privação dos indivíduos em exercerem e construírem capacitações. A relação entre a renda e capacidades pode ser afetada pela idade, gênero, papel social ou localização, não apenas por dimensões econômicas. No empírico estudado, infere-se que os pecuaristas familiares, ao terem seu poder de escolha restrito, estão sendo privados da liberdade de poder optar, por exemplo, pela atividade pecuária, para corte e leite, ao invés de terem que vender ou arrendar a terra para a plantação de monocultivos.

O rural neste ensaio não é apenas o fundiário, o agrário ou o agrícola, trata-se de uma representação social produzida não só pelos que habitam o campo, mas também pelas pessoas e grupos sociais que não compartilham a realidade rural. Segundo Pires o rural

[...] deixa de ser um atributo específico de determinados grupos sociais, residentes em certas localidades, e passa a ser uma representação social, produzida por diferentes grupos (sejam eles de origem urbana ou rural). O espaço deixa, portanto, de ser visto como algo externo, um conjunto de propriedades físicas que serve de suporte para as relações sociais, e passa a ser ele mesmo construído socialmente como forma de diferenciação social. (PIRES, 2004, p. 167).

Kageyama (2008) delimita uma série de fatores que orientam análises dos níveis de desenvolvimento rural de uma região servindo como base para formulação de políticas públicas. Sobre eles podemos citar a densidade demográfica da população rural (seu aumento ou recuo); educação (anos de estudo e taxa de escolarização), bem-estar social (domicílios com instalação sanitária, água canalizada, iluminação elétrica, telefone/geladeira, computador); meio ambiente (poluição, municípios com uso não significativos de agrotóxicos, contaminação do solo, instituições voltadas à defesa do meio ambiente); economia e mercado de trabalho (renda domiciliar *per capita*, empregados com carteira assinada, pluriatividade, produtividade do trabalho na agricultura, produtividade da terra, rendimentos das culturas). Os resultados desses indicadores podem demonstrar não apenas o crescimento econômico, mas também os níveis de bem estar e a satisfação no meio rural.

Para fomentar a construção de uma noção de desenvolvimento rural que leve em conta as perspectivas da etnoconservação, remete-se a dimensão territorial. O território é uma construção social e multidimensional, com múltiplas territorialidades. (SAQUET, 2003/2001). O território não é o mesmo que espaço geográfico. O espaço geográfico é apropriado pelo território, é o “espaço transformado historicamente pelas sociedades”. (Raffestin, 1993, p. 223). O território é uma dimensão complexa que abarca as “relações de poder, as redes e as identidades; processos espaço-temporais que marcam determinadas parcelas do espaço, nas formas área-rede, rede-rede ou área-rede-lugar”. (SAQUET & SPOSITO, 2009, p. 81). São os atores se apropriando do espaço e do lugar onde vivem, construindo e transformando o ambiente as relações sociais ao seu entorno, o meio em que se desenvolve a vida coletiva, é o espaço produzido historicamente e que estabelece a unidade entre as dimensões da economia-política-cultura-natureza. (SAQUET & SPOSITO, 2009).

A territorialidade é marcada pelas relações e interações entre grupos que interagem por meio de aspectos simbólicos e por suas representações. O Pampa é marcado tanto por territórios quanto por territorialidades, não necessariamente esta territorialidade implica em uma materialização, no território. No que tange a dimensão simbólica dos costumes relacionados à pecuária familiar, principalmente dos pequenos pecuaristas familiares que

em algum momento podem ter migrado para a cidade e voltado ou ter vivido sempre no mesmo espaço, a territorialidade configura o espaço simbólico impactado pelas dinâmicas do desenvolvimento, sendo em maior ou menor medida afetado por ele. O desenvolvimento rural na perspectiva da etnoconservação envolve as territorialidades e o território trata o Pampa gaúcho como um espaço construído e transformado por meio da historicidade da constituição da agricultura e da pecuária familiar.

Sendo assim, a ideias de desenvolvimento rural trazida neste ensaio, contrapõe a exploração desenfreada e irracional dos bens naturais e o desenvolvimentismo econômico, sugerindo assim, a valorização da cultura, a sistematização dos conhecimentos que os agricultores e pecuaristas familiares, destacando os que os pequenos pecuaristas familiares possuem sobre o ambiente pampeano e as especificidades da campanha. A migração em massa dos agricultores para a cidade e o estabelecimento da agricultura industrial compromete a conservação do Pampa.

A ancestralidade do pecuarista familiar é marcada pela miscigenação entre culturas, como a das comunidades rurais quilombolas, indígenas, açorianas e européias, que atualmente estão distribuídas por todo estado, inclusive na região da campanha. Acerca das comunidades quilombolas, no centro do Rio Grande do Sul pode-se citar, a de Passo dos Brum, Cerro do Formigueiro, Rincão Santo Inácio, São Miguel, Rincão dos Martinianos, Sítio Novo, Rincão dos Caixões e Júlio Borges.

As comunidades indígenas também possuem grande representatividade. Alguns exemplos são as etnias Guaranis (Tapes, Arachanes ou Patos, Carijós); Pampeanos (charruas, guenoas, minuanos, chanás, iarós e mbohanes) ; os Gês conhecidos desde 1882 por Kaingangs ("kaa" = mato; "ingang" = morador) e seus subgrupos (charruas, guenoas, minuanos, chanás, iarós e mbohanes). (MOURE, 1994). Os grupos açorianos chegaram ao Rio Grande do Sul a partir do século XVIII habitando principalmente as regiões litorâneas (originando também colônias de pescadores) e a metade sul do estado. (ESPÍRITO SANTO, 1997). Estes grupos possuem conhecimentos que, desde a exploração dos campos pela ação humana, são os que garantiram, através de suas gerações, a conservação do Pampa. Nesse sentido, as famílias rurais precisam ser valorizadas e os seus conhecimentos sistematizados. O desenvolvimento também se expressa pela capacidade de resgatar o valor simbólico e adaptar as práticas e saberes camponeses às atitudes que permitam a regeneração dos agroecossistemas.

O valor simbólico é ameaçado por fatores econômicos e políticos que, aliados às constantes estiagens, caracterizam a diminuição da produção pecuária e agrícola. Os investimentos nos

monocultivos e na mineração em terras potenciais para agropecuária estão embebidos em discursos de geração de emprego e renda que atraem mão de obra rural, ou seja, muitos agricultores deixam de trabalhar na terra com a esperança de melhores condições de vida. Conforme Bacchetta (2008, p. 58) na fala de um de seus entrevistados: “Uma fazenda de criação de gado com 2000 hectares emprega 6 ou 7 pessoas de forma permanente, enquanto as empresas florestais atendem a mesma área com menos da metade”. Sendo assim, fica claro o quanto os discursos contrários à pecuária que se sustentam através dos problemas ambientais gerados pelo gado podem abrir espaço para a expansão das lavouras de eucalipto, soja e empreendimentos mineradores, que não estariam gerando o desenvolvimento.

Atualmente, os discursos em prol da preservação ambiental se valem da necessidade de proteção ao meio ambiente para manutenção da vida no planeta e a um “decrescimento”, já que o crescimento econômico tem comprometido o meio ambiente. Mas o que de fato está em jogo? É preciso decrescer ou então crescer de forma diferente, com uma perspectiva em que os seres humanos também podem ser os agentes e o motivo da conservação ambiental?

Percebe-se que se o crescimento econômico não é proporcional à expansão da tecnologia no campo, ao desenvolvimento de sementes transgênicas, ao uso de agrotóxicos, ao arrendamento de terras para monocultivos, e à exploração do carvão mineral e ao êxodo rural. Os pecuaristas e agricultores queixam-se da indisponibilidade de mão de obra no campo, dos filhos que almejam morar na cidade, dos altos índices de pobreza na campanha (PEREIRA, 2013). A agricultura voltada a produção de *commodities* e os monocultivos não estariam trazendo o crescimento econômico e sim, esvaziando o campo. Mas, se o crescimento econômico existisse na campanha de forma homogênea, de que forma ele estaria contribuindo para sobrevivência das famílias no campo? Para a conservação dos costumes e laços simbólicos ligados a terra que possam contribuir para a conservação do Bioma Pampa?

Considerações finais

Há a necessidade de um modelo de desenvolvimento rural a luz do referencial teórico de Amartya Sen (2000), que leve em consideração os preceitos de desenvolvimento rural ambientalmente e socialmente sustentável interligados a dimensão territorial na perspectiva da etnoconservação. A ideia da etnoconservação poderá contribuir para as medidas de conservação do simbolismo do “trabalhador rural gaúcho” e seus saberes e práticas que são considerados sustentáveis atualmente e que durante suas gerações tem sido agente não só

de degradação como tratam os estudos em uma perspectiva preservacionista, mas de conservação ambiental.

Um modelo de desenvolvimento rural precisa contribuir para satisfação das populações, para a qualidade de vida e para a ampliação das capacidades e das escolhas de cada um. Na região da Campanha e no Bioma Pampa como um todo, as perspectivas de desenvolvimentismo estão fazendo com que a paisagem seja transformada, e a imagem dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e a criação de animais sejam substituídas pelos extensos monocultivos. Traz-se a imagem do pecuarista familiar, por ser um grupo característico da região da campanha gaúcha, formado por tantas etnias que constituem o sujeito gaúcho e frequentemente aliado de políticas públicas. Esta caracterização auxilia no sentido de explicar o porquê da importância da etnoconservação por meio dos grupos sociais de formados por trabalhadores rurais que são os agentes potenciais para conservação dos campos assim. Para que isso aconteça, é necessário um olhar das políticas públicas a fim de que fomentem medidas de conservação por parte os agricultores e pecuaristas familiares e fortalecimento da agricultura e pecuária como forma de permitir que estes grupos possam optar por continuarem no campo. Os campos da campanha gaúcha são o berço de inúmeras atividades rurais agrícolas e não agrícolas, assim como mais tradicionalmente, da criação de animais. Para que estas atividades, assim como os grupos sociais que as desenvolvem sejam preservados, o poder público precisa criar medidas efetivas que combatam os monocultivos de árvores exóticas e de soja, assim como as atividades de mineração e outras já sabidas que cada vez mais tem degradado o bioma Pampa e expulsando os trabalhadores do campo.

As iniciativas de conservação tendo os agricultores e pecuaristas familiares, como protagonistas são muitas. A Embrapa no Rio Grande do Sul tem desenvolvidos estudos sobre pastagens naturais e movimentos como a Alianza del Pastizal que reúne ações integradas entre Uruguai, Argentina e Paraguai, são exemplos de iniciativas para conservação dos campos nativos valorizando os trabalhadores rurais.

Ao passo em que a conservação do Bioma Pampa é ameaçada pelo modelo de desenvolvimentismo mercadológico do campo, a conservação do bioma está estreitamente relacionada à perspectiva do desenvolvimento rural socialmente e ambientalmente sustentável, a dimensão territorial e a etnoconservação. Porém, há de se pensar se os habitantes dos campos gaúchos almejam um desenvolvimento e como deveria sê-lo. Que modelo poderia possibilitar a conservação do meio ambiente juntamente com a preservação dos modos de vida que os trabalhadores rurais almejam? Essa é a questão que fica como

reflexão e nos remete também ao estudo concreto das dinâmicas econômicas e sociais urbanas na campanha e que de alguma forma impactam o meio rural.

1 Bióloga. Mestre e doutoranda em Desenvolvimento Rural no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

Notas

(1) Paisagem: “o lugar social percebido e compreendido, enquanto expressão de ações, relações e objetos sociais – é o fazer-se físico da natureza, seu ser para outro” (SILVA, 1991).

(2) Entende-se por convencional a agricultura baseada em pacotes tecnológicos orientados pela Revolução Verde com base em insumos químicos e melhoramento genético.

Agradecimentos

Agradeço ao Prof. Lauro Allan Almeida Duvoisin pelo apoio à construção deste trabalho e pela indicação do referencial bibliográfico de história do Rio Grande do Sul.

Referências bibliográficas

Bacchetta, V. (2008). *El fraude de La celulosa*. Montevideo, UY: Doble Editoras.

Bilenca, D. & Miñarro, F. (2004). *Identificación de Áreas Valiosas de Pastizales (AVPs) en las Pampas y Campos de Argentina, Uruguay y sur de Brasil*. Buenos Aires: Fundación Vida Silvestre Argentina.

Brack, P. (2007). *As monoculturas arbóreas no país que negligencia sua própria biodiversidade*. Recuperado de: http://www.inga.org.br/docs/parecer_monoculturas.pdf

Brasil/IBGE. (2006). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo agropecuário 2006*. IBGE. Recuperado de: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>

Brasil/IBGE. (2004). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Mapa da vegetação do Brasil e Mapa de Biomas do Brasil*. Recuperado de: <http://mapasinterativos.ibge.gov.br/indice/>

Brasil/ICMBIO. (2013). *Unidades de conservação nos biomas brasileiros*. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Recuperado de: <http://www.icmbio.gov.br>

Brasil/MMA. (2007). Ministério do Meio Ambiente (MMA). *Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: Atualização - Portaria MMA nº9, de 23 de janeiro de 2007*. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas.

Brasil/MMA.. (2011). Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite. Monitoramento do Bioma Pampa 2008-2009. Relatório Técnico Centro de Sensoriamento Remoto – CSR/IBAMA. Brasília.

Brasil/MMA.. (2013a). *Folder Pampa - Conhecimentos e Descobertas*, Biomasa/ Pampa. Recuperado de: <http://www.mma.gov.br/biomasa/Pampa>

Brasil/MMA.. (2013b). Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). Recuperado: <http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/sociobiodiversidade>

Caporal, F. R. & Costabeber, J. A. (2005). Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agricultura sustentáveis. Recuperado de: <http://www.planetaorganico.com.br/trabCaporalCostabeber.htm>

Chelotti, M. C. & Pessoa, V. L. (2007a). (Re) visitando a Geografia Agrária de Raymond Pébayle: interpretações sobre o espaço agrário gaúcho. *Campo- Território: revista de geografia agrária*, 2 (4), pp. 38-61. Recuperado de: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11826/10573>

Chelotti, M. C. & Pessoa, V. L.. (mayo/junio, 2007b). Campanha Gaúcha: número de assentamentos, famílias e área ocupada em hectares em 2005. In: Latifúndio, Assentamentos Rurais, Florestamento: Qual Identidade Regional Da Campanha Gaúcha No Século XXI? *IX Coloquio Internacional de Geocrítica*. Los problemas del mundo actual: Soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre. Recuperado de: <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/chelotti.htm>

Cotrim, M. S. (2003). 'Pecuária familiar' na região da 'Serra do Sudeste' do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu-RS. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Recuperada de: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3786/000392935.pdf?sequence=1>

EMATER/RS. (2009). In: Ribeiro, C. M. (2009). Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre: UFRGS. Recuperado de: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17261>

Espírito Santo, M. F. (1997). *Açorianos no Sul do Brasil: da Prata do Potosí ao Ouro dos Gerais*. In: A presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: EST.

Fialho, M. A. V. (2005). *Rincões de pobreza e desenvolvimento: interpretações sobre o comportamento coletivo*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ.

Fontoura, A. F. (2012). A produção para autoconsumo: característica e importância para os sistemas de produção de pecuária familiar da fronteira oeste do RS. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Santa Maria: UFSM. Recuperado de: http://www.ppgexr.com.br/arquivos/Dissertacao_Andreia_Furtado_da_Fontoura.pdf

Kageyama, A. (2008). *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Editora UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.

Moure, T. R. (1994). *História do Rio Grande do Sul*. São Paulo: FTD.

Pereira, V. C. (2013). *O Rural E O Carvão: Representações Sociais Em Candiota, Rs.* Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, RS. Recuperado de: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/71734>

Pesavento, S. J. (1994). *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

Pillar, V. P. et al. (2006). *WORKSHOP Estado atual e desafios para a conservação dos campos*. Recuperado de: <http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/ecoqua/main.html>

Pires, A. (2004). Um sentido dentre outros possíveis: o rural como representação. In: Campanhola, C. & Graziano da Silva, J. (2004). *O novo rural brasileiro- novas ruralidades e urbanização*. Brasília: *Embrapa Informação tecnológica*, v. 7 pp. 149 -174.

Ploeg, J.D. van der. (2008). *Camponeses e Impérios Alimentares*. Porto Alegre: UFRGS.

Porto, R. G., Bezerra, A. J. A. (2009). A pecuária familiar: categoria social no município de Bagé, RS - Região da campanha meridional. *Revista Brasileira de Agrociência*, Pelotas, v.15 (1-4), pp.101-107.

Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do Poder*. SP: Ática.

Ribeiro, C. M. (2009). *Estudo do modo de vista dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul (Tese de Doutorado)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre: UFRGS.

Sandrini, G. B. D. (2005). *Processo de inserção dos pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul na cadeia produtiva da carne*. 2005. 179f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Santos, C. M. (1984). *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo: Nacional.

Saquet, M. A. (2003/2001). *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre: EST Edições.

Saquet, M. A. & Sposito, E. S. (2009). (Org.) *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular/ UNESP; Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Sarmento, M. B. (2008). *Recursos Genéticos Forrageiros: aspectos ecológicos e produtivos*. Recuperado de: <http://www.urcamp.tche.br/ccr/pg/recursos/recursos/aulasrecursosgeneticos/>

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sen, A. (1985). *The standard of living*. The Tanner lectures on Human Values, Clare Hall, Cambridge University, 11 e 12 de março. Recuperado de: <http://tannerlectures.utah.edu/>

Silva, A. C. (1991). *Geografia e Lugar Social*. São Paulo: Contexto.

Silva, J. G. (2001). Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento. In: Graziano, J., Weid, J. M. von der. & Bianchini, V. *José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem "O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento"*. Brasília, MDA/CNDRS/NEAD.

Silva Júnior, R. D. (2008). Etnoconservação, formulação teórica e as suas possibilidades de intervenção sócio ecológica (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP. pp. 9-12, 54- 55.

Singer, P. (2004). *Desenvolvimento: significado e estratégia*. In: Texto para discussão. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília.

Suertegaray, D. M. A. & Pires da Silva, L. A. (2006). *Tché Pampa: histórias da natureza gaúcha*. In: Pillar, V. P. et al., Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, p. 30-60.

Torres, J. E. H. & Miguel, L. A. (2003). A pecuária familiar, uma realidade pouco conhecida: estudo de caso sobre a caracterização e análise socioeconômica da pecuária familiar no município de Santana do Livramento/RS. Série Realidade Rural, Porto Alegre/RS, v.34.

Fecha de recibido: 21 de octubre de 2012

Fecha de publicado: 10 de diciembre de 2013

Fecha de aceptado: 15 de abril de 2014